

A INTEGRAÇÃO AMERICANA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 12/05/91

Não existe coerência entre a política de liberalização comercial que o Brasil vem adotando e sua política de relações econômicas internacionais, que continua, em última análise, atrelada, às idéias de proteção da indústria nacional a nível regional. A retórica da integração da América Latina foi colocada em segundo plano, na medida que se revelava inviável, mas nada a substituiu em nível mais amplo. A substituição apenas ocorreu a nível mais limitado, definindo-se corretamente a prioridade da integração com a Argentina. Nada, entretanto, foi definido em relação ao resto do mundo.

A abertura da economia brasileira é coerente, ou com a uma estratégia multilateral de comercializar com todo o mundo, ou com uma opção pela Integração Americana, na mesma linha definida pelo México. Entretanto, na medida em que a Europa e o Japão estão basicamente fechados para o Brasil, não nos resta outra alternativa senão substituir a Integração Latino-Americana pela estratégia e a retórica da Integração Americana.

Uma decisão que se impunha há muito no Brasil, desde o momento em que a estratégia de industrialização por substituição de importações esgotou suas virtualidades, era a de abrir a economia brasileira. Esta decisão, afinal tomada pelo Governo Collor, depois de diversas vezes ensaiada e abortada no governo anterior, parte do pressuposto de que não há melhor proteção à indústria nacional do que expô-la a competitividade internacional. Há hoje um quase consenso entre os economistas quanto à correção dessa política. Os empresários industriais, embora naturalmente receosos, estão cada vez mais convencidos de que encontrarão formas de competir em uma economia mais aberta. Resultados mais positivos ainda não se manifestaram da liberalização comercial porque a crise fiscal mantém a economia em permanente regime hiperinflacionário que desorganiza os mercados e imobiliza o Estado.

No plano da política internacional do Brasil, entretanto, a retórica da Integração Latino-Americana continua viva, enquanto a prática está confusa, hesitando entre uma opção multilateral e o reforço da integração com a Argentina. A opção por uma

Integração Americana, na qual os Estados Unidos se tornem o nosso principal aliado político e parceiro comercial, sequer se coloca, embora seja aquela que melhor consulta os interesses nacionais.

A idéia da integração da América Latina, na sua forma contemporânea, nasceu no final dos anos 50, na CEPAL. Através dela se pretendia ampliar para nível regional o processo de substituição de importações. No plano econômico, portanto, a Integração Latino-Americana está indissolivelmente ligada a uma estratégia de industrialização ultrapassada. Em contrapartida, a idéia da Integração Americana deveria estar hoje na ordem do dia da discussão brasileira, na medida em que é coerente com a estratégia de abertura e desregulação comercial do país.

Sem dúvida a opção multilateral, segundo a qual o Brasil procuraria comerciar com qualquer país, independentemente da região em que ele se encontre, também é coerente com a liberalização comercial. Aliás, mais coerente. A opção multilateral, entretanto, só faria sentido se o resto do mundo, particularmente a Europa e o Japão, e, em segundo plano, também o México, igualmente a adotassem. Não é isto o que ocorre. O protecionismo da Europa e do Japão são muito fortes. Além disso, a Europa está interessada na Europa, o Japão, no Leste e no Sudeste da Ásia. Seus demais interesses são secundários.

Os Estados Unidos, em contrapartida, estão sem dúvida muito mais abertos (basta ver nossas exportações de manufaturados para onde vão) e mais interessados no Brasil, e, mais amplamente, na América Latina. Ora, só é possível fazer acordos com quem se interessa por nós.

Esse interesse é entretanto matizado. A primeira prioridade dos Estados Unidos continua a ser os demais países do Primeiro Mundo. Mas também esses países estão cada vez mais fechados para os Estados Unidos. O fracasso da Rodada Uruguai deixou isto evidente. Está claro que a segunda prioridade dos Estados Unidos é o México. Não apenas por um problema de fronteiras e de imigração, mas também porque o comércio do México com os Estados Unidos já é muito grande. O resto da América Latina está em terceiro lugar nas prioridades dos Estados Unidos. Mas é melhor estar em terceiro lugar do que estar em lugar nenhum como acontece com a América Latina em relação à Comunidade Européia e o Japão.

A demonstração desse interesse dos Estados Unidos foi manifestada através da Iniciativa Bush (a "American Enterprise"), de junho de 1990. A reação de "cautela" do Brasil em relação a essa iniciativa, o diagnóstico de que "falta conteúdo real" a ela, a decisão de negociar limitadamente e "aguardar uma melhor definição" da iniciativa Bush, são uma prova dramática de que o Itamarati não soube compreender os novos tempos, que a idéia da Integração Americana continua ainda afastada por velhos fantasmas nacionalistas e desenvolvimentistas. A partir daquela iniciativa, cabe ao Brasil, através de uma firme retórica de Integração Americana, dar-lhe o conteúdo. A

retórica Interamericana foi sempre dos Estados Unidos. A retórica e a prática da Integração Americana pode ser nossa. Temos mais interesse em nos associar com os Estados Unidos do que eles conosco. Associação com um parceiro maior não significa perda de soberania. Significa afirmá-la, tendo o interesse nacional do Brasil como critério básico.

É necessário, entretanto, fazer uma distinção entre a retórica e a prática. A retórica brasileira deve ser a da integração americana; a da prática, a defesa dessa integração ao mesmo tempo que se busca o interesse nacional em cada caso. Este interesse nacional coincide basicamente com a idéia de integração americana, mas não se identifica com ela.

A iniciativa Bush (the American Enterprise) pode carecer de conteúdo, na medida que os ESTADOS UNIDOS não estão de fato interessados em estabelecer uma zona de livre comércio com o Brasil. Pode ser uma forma para legitimar o acordo com o México. Pode ser uma estratégia para aumentar o poder de barganha dos ESTADOS UNIDOS com a Europa e o Japão. Pode ser uma forma através da qual os ESTADOS UNIDOS nos ameaçam com o fechamento comercial caso não lhe façamos concessões comerciais. Mas não é razoável que tomemos a posição "cautelosa" que tomamos em relação a ela. Ao contrário, deviríamos aproveitá-la para adotar uma retórica decidida de integração da América a partir da integração não apenas do México mas também do Brasil com os ESTADOS UNIDOS.

O pressuposto da integração americana é que é esta a região em que há oportunidades de crescimento tanto para o Brasil como para os ESTADOS UNIDOS.